

TERCEIRA IDADE RESIDENTE NO RURAL PAULISTA, 2000-2006¹

Celma da Silva Lago Baptistella²
Maria Carlota Meloni Vicente³
Vera Lúcia Ferraz dos Santos Francisco⁴
Carlos Eduardo Fredo⁵
José Eduardo Rodrigues Veiga⁶

1 - INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos de 1990 a população residente nos imóveis rurais do Estado de São Paulo diminuiu gradativamente, com destaque para o aumento na proporção de idosos (as pessoas com mais de 65 anos). Essa população, que em 1990 representava 3,8% do total, em 1999 atingiu 6,5%. Contrariamente, inverte-se a tendência da população residente com menos de 15 anos, pois no início da década de 1990 representavam 33,0% e, em 1999, passaram a 28,0%, segundo pesquisa de Baptistella; Vicente; Veiga (2000). As estimativas apresentadas por esses autores apontaram a redução das taxas de natalidade como importante fator de alteração da estrutura etária da população residente no campo.

O envelhecimento da população e seus efeitos sobre a economia tem-se tornado questão importante discutida em vários estudos. Conhecer a dimensão desta população e sua localização é de grande valia para a elaboração de programas sociais e formulação de políticas municipais e estaduais no rural paulista. Nesse contexto, este trabalho tem por objetivo analisar e quantificar a população com mais de 65 anos, no período de 2000 a 2006, residentes nas unidades de produção agropecuária (UPAs) do Estado de São Paulo.

2 - METODOLOGIA

Para acompanhar e analisar a evolução da população residente nas UPAs paulistas⁷, foi realizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) e pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) levantamentos de dados, de 2000 a 2006, por delineamento amostral com abordagem multivariada, conforme Francisco e Pino (2000). A amostra probabilística foi composta por 3.204 UPAs sorteadas com base no cadastro obtido no Censo Agropecuário realizado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA), conhecido por Projeto LUPA. As informações foram obtidas em novembro de cada ano a partir da coleta do número de indivíduos que se encontravam nos intervalos de classes etárias de 0 a 6 anos, de 7 a 14 anos, de 15 a 65 anos e com mais de 65 anos.

Tabulações especiais da população acima de 65 anos foram elaboradas para 2005 e 2006, últimos anos levantados com a finalidade de se obter estimativas por região administrativa (RA).

3 - DISCUSSÃO PRELIMINAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) divide os idosos em três categorias: os pré-idosos (entre 55 e 64 anos); os idosos jovens (entre 65 e 79 anos ou entre 60 e 69 anos, para quem vive na Ásia e na região do Pacífico); e os idosos de idade avançada (com mais de 75 ou 80 anos). Há uma diferenciação etária dentro do próprio grupo do segmento idoso, ou seja, a população considerada idosa também está envelhecendo (SERASA, 2009). Isso leva a uma heterogeneidade do segmento populacional chamado idoso. Com a pressão que o enorme grupo de idosos vai fazer sobre os fundos de pensões e

¹Cadastrado no SIGA, NRP 1901 e registrado no CCTC, IE-80/2009.

²Socióloga, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: celma@iea.sp.gov.br).

³Engenheira Agrônoma, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: carlota@iea.sp.gov.br).

⁴Estatístico, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: veralfrancisco@iea.sp.gov.br).

⁵Engenheiro de Computação, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: cfredo@iea.sp.gov.br).

⁶Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: zeveiga@iea.sp.gov.br).

⁷A unidade amostral passou a ser a unidade de produção agropecuária (UPA) que, na maioria dos casos, coincide com o conceito de imóvel rural.

serviços de saúde, muitas nações industrializadas passam a reformular os sistemas de seguridade social, aumentando a idade mínima de aposentadoria, elevando as contribuições dos trabalhadores à previdência e introduzindo o financiamento do setor privado. Na Austrália e Inglaterra, por exemplo, espera-se em 2013 e em 2020, respectivamente, elevações na idade mínima de aposentadoria das mulheres para 65 anos (SPITZ, 2006).

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseado em estimativas de 2005 da ONU, o Brasil ocupa o oitavo lugar em número de idosos, à frente de Itália e França. Os primeiros do *ranking* são: China, Índia, EUA, Japão, Rússia, Alemanha e Indonésia. Segundo o Instituto, a população brasileira ainda é considerada jovem porque, diferentemente de países como Itália, Japão e Alemanha, a proporção entre idosos e jovens ainda não se igualou. Mas salienta que "o Brasil está caminhando a passos largos para isso" (SPITZ, 2006). É necessário ter a percepção de que se vive um momento sem precedentes na história, que é o envelhecimento rápido de todas as populações do mundo e, em particular, as dos países do Terceiro Mundo. Os países desenvolvidos primeiro ficaram ricos, depois envelheceram. Os países em desenvolvimento estão envelhecendo antes de ficarem ricos. Este é mais um desafio para a sociedade brasileira, ou seja, o Brasil está envelhecendo ainda na fase de desenvolvimento enquanto os países desenvolvidos tiveram cerca de cem anos para se adaptar (SERASA, 2009).

Os principais motivos da elevação da expectativa média de vida estão no avanço da medicina e na melhoria da qualidade de vida. De qualquer forma, as desigualdades econômicas e sociais entre os países industrializados e em desenvolvimento, bem como o desnível social de cada nação, influem diretamente nas condições de saúde das populações. A principal causa de mortalidade em países pobres ou em desenvolvimento são as doenças infecciosas. Já nos países ricos, predominam os males degenerativos, como doenças circulatórias e câncer (SPITZ, 2006).

Outro fato que contribui na alteração da relação jovens/idosos é a redução da taxa de fecundidade. A mulher, sob a influência das mudanças sociais que ocorreu a partir da década de 1960, traz com ela alterações que vieram a afetar o emprego, a educação e o casamento. Atual-

mente, essa mulher tem a metade dos filhos que a geração de sua mãe costumava ter.

Há ainda a medicina preventiva e também os programas voltados para a qualidade de vida que contribuem para o crescimento dos idosos em relação ao dos jovens. As baixas taxas de mortalidade infantil ou prematura, aumentando a esperança de vida devido a uma nutrição adequada, saneamento e tratamento de água ou pelo uso de vacinas e antibióticos, também é fator preponderante. Os números mostram que atualmente, no mundo, uma em cada dez pessoas tem 60 anos de idade ou mais e, para 2050, estima-se que a relação será de uma para cinco, e de uma para três nos países desenvolvidos (SOUZA et al., 2007).

Projeções do IBGE mostram crescimento significativo da participação de pessoas com mais de 65 anos na formação da sociedade brasileira. De acordo com esses dados, a relação atual, cerca de 25 idosos para cada grupo de cem crianças e adolescentes até 14 anos, deverá mudar para 173 idosos para cada grupo de cem crianças e adolescentes. Ainda de acordo com o IBGE, a idade média da população ficará em torno dos 46 anos, daqui a quatro décadas. A mudança exigirá, em curto prazo, a adoção de novas políticas públicas nas áreas de saúde, assistência e previdência social.

O Brasil caminha velozmente rumo a um perfil demográfico mais envelhecido, fenômeno que, sem sombra de dúvida, implicará em adequações nas políticas sociais (PREVISÃO, 2009).

Até 2025, o Brasil será o sexto país do mundo com o maior número de pessoas idosas, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) (SPITZ, 2006).

Além do cuidado com a saúde e das políticas de seguridade social, o envelhecimento da população exige melhor planejamento urbano e investimentos na adequação dos passeios públicos, áreas de lazer, no acesso ao transporte coletivo, postos de saúde e hospitais. "Não há preocupação com a prevenção de acidentes ou com a acessibilidade da pessoa idosa"⁸. "As cidades são o reflexo de como a sociedade trata a velhice", ou seja, "a sociedade não está preparada para a velhice, o que explica valores negativos

⁸Salienta o presidente da organização não governamental (ONG) Cidadão Brasil, Tony Bernstein, que mantém na internet o site <<http://www.portalterceiraidade.org.br>> com informações de interesse de pessoas com mais de 65 anos de idade.

que alimentam descaso e negligência” quando se observa a situação das calçadas, rampas, bancos de praça e segurança pública nas cidades brasileiras (PREVISÃO, 2009)⁹.

No entanto, a Constituição de 1988 deixa clara a preocupação e atenção que deve ser dispensada ao assunto, quando em seu texto traz a questão do idoso. Esse foi o pontapé inicial para a definição da Política Nacional do Idoso que traçou os direitos desse público e as linhas de ação setorial.

No Brasil foi sancionado, em 1 de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso (IBGE, 2004) com 118 artigos que estabelecem punições para crimes contra os maiores de 60 anos e regulamentam os direitos no que concerne à vida, liberdade, saúde, educação, profissionalização, previdência social, habitação e transporte. Contudo, uma lei não se implementa sem que a população se apodere de seu conteúdo. A sua materialização efetiva na vida das pessoas vai se fazer com a mobilização social, a cobrança da população e, sobretudo, depois que o próprio idoso tiver consciência de seus direitos como cidadão pleno.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os levantamentos realizados em 2000 e 2006, a população total residente nas UPAs do Estado de São Paulo apresentou decréscimo de 9,7%, ou seja, 104,8 mil pessoas que deixaram de residir nas unidades produtivas paulistas. Ao verificar o período de análise, constatou-se diferencial maior entre 2000 e 2004 (cerca de 249 mil pessoas), sendo que o número médio de indivíduos que residem nas UPAs permaneceu em torno de três pessoas (Tabela 1).

A distribuição da população residente nas UPAs paulistas, por faixa etária, revelou maior participação da faixa de 15 a 65 anos (67,3% e 72,2% em 2000 e 2005, respectivamente). Ao longo do período de 2000 a 2006, há que se ressaltar o decréscimo da participação percentual da

faixa etária de 0 a 6 anos (de 10,6% para 8,7%) (Tabela 1).

A proporção de pessoas com mais de 65 anos nos imóveis rurais oscilou entre o máximo de 6,6%, em 2000, e o mínimo de 4,8%, em 2003, totalizando 54 mil pessoas em 2006 (Figura 1). No início da década de 1990 essa participação era de 3,8% do total de residentes (BAPTISTELLA; VICENTE; VEIGA, 2000).

No censo demográfico de 2000, verificou-se que a maioria dos idosos vivia nas cidades. Residir na zona urbana beneficiava especialmente aqueles que eram viúvos, possibilitando proximidade com os filhos, com os serviços especializados de saúde e outros facilitadores do cotidiano. O censo destacou também a idade média (em torno de 69,4 anos) do responsável idoso (70,2 anos quando o responsável era do sexo feminino e 68,9 para o idoso responsável do sexo masculino) (IBGE, 2002).

Para 2005 e 2006, estimou-se o número de indivíduos com mais de 65 anos residentes nas UPAs por região administrativa (RA), o que possibilitou visualizar espacialmente onde esta população é mais frequente (Tabela 2).

A RA de Campinas apresentou a maior proporção de pessoas com mais de 65 anos no Estado, com 36,3% (19.039 pessoas). A região possui sítios e chácaras estruturados com base no trabalho familiar (produção de frango de corte, frutas, hortaliças, flores, café etc.), bem como malha rodoviária farta e de boa qualidade, fatores favoráveis para a residência no campo, com facilidades de acesso à infraestrutura das cidades e da metrópole (Tabela 2).

A seguir, estão as RAs de São José do Rio Preto e Presidente Prudente, com participações de 13,2% e 12,1% e totais de 6.949 e 6.172 pessoas, respectivamente. As RAs de Bauru e Marília apresentaram cerca de metade da população das duas RAs acima mencionadas (em torno de três mil idosos). Nas demais regiões, verificou-se menos de três mil idosos residentes nas UPAs.

Embora a pesquisa efetuada faça referência ao total de pessoas com mais de 65 anos residentes nas UPAs paulistas, sem especificar se trabalham ou não nas atividades rurais, pode-se fazer ilação que tenham atividades ligadas ao meio no qual residem. São pessoas que iniciaram algum tipo de atividade laborativa antes dos 14 anos, em geral como ajudantes dos pais em funções ligadas ao trabalho por esse desempenha-

⁹Alexandre Kalache, médico carioca, também enfatiza que para assegurar o envelhecimento saudável é preciso investir não apenas em políticas de saúde, mas também em educação, programas sociais e até no meio ambiente. Não adianta convencer as pessoas de que ser sedentário não é uma boa opção se elas vivem numa cidade violenta, com iluminação inadequada, com péssimo transporte público. Essas são condições que tornam o idoso vulnerável, mesmo que esteja saudável (SERASA, 2009).

TABELA 1 - População Total Residente nas UPAs, por Faixa Etária, Estado de São Paulo, 2000-2006

Faixa etária	2000			2001		
	Número	%	Média/UPA (n.)	Número	%	Média/UPA (n.)
Habitantes de 0 a 6 anos	114.514	10,6	2,1	94.117	9,7	2
Habitantes de 7 a 14 anos	166.898	15,5	2,4	153.062	15,8	2,3
Habitantes de 15 a 65 anos	726.492	67,3	4,4	668.214	68,8	4,2
Habitantes com mais de 65 anos	71.486	6,6	1,6	56.257	5,8	1,6
Total	1.079.391	100	3,2	971.650	100	3,2
Faixa etária	2002			2003		
	Número	%	Média/UPA (n.)	Número	%	Média/UPA (n.)
Habitantes de 0 a 6 anos	104.241	9,4	2	83.814	9,3	2,1
Habitantes de 7 a 14 anos	171.858	15,4	2,2	133.613	14,8	2,4
Habitantes de 15 a 65 anos	769.741	69,2	4,2	644.572	71,2	4
Habitantes com mais de 65 anos	67.285	6	1,7	43.110	4,8	1,5
Total	1.113.124	100	3,1	905.109	100	3,3
Faixa etária	2004			2005		
	Número	%	Média/UPA (n.)	Número	%	Média/UPA (n.)
Habitantes de 0 a 6 anos	79.989	9,2	1,8	67.235	8,1	1,9
Habitantes de 7 a 14 anos	129.712	14,9	2,3	113.084	13,6	2,1
Habitantes de 15 a 65 anos	611.082	70,1	4,1	599.322	72,2	4
Habitantes com mais de 65 anos	51.047	5,9	1,7	50.472	6,1	1,6
Total	871.830	100	3,1	830.113	100	3,1
Faixa etária	2006					
	Número	%	Média/UPA (n.)			
Habitantes de 0 a 6 anos	84.749	8,7	2,0			
Habitantes de 7 a 14 anos	140.366	14,4	2,3			
Habitantes de 15 a 65 anos	695.241	71,3	3,9			
Habitantes com mais de 65 anos	54.175	5,6	1,7			
Total	974.531	100	3,1			

Fonte: Dados coletados a partir de informações básicas do IEA e CATI.

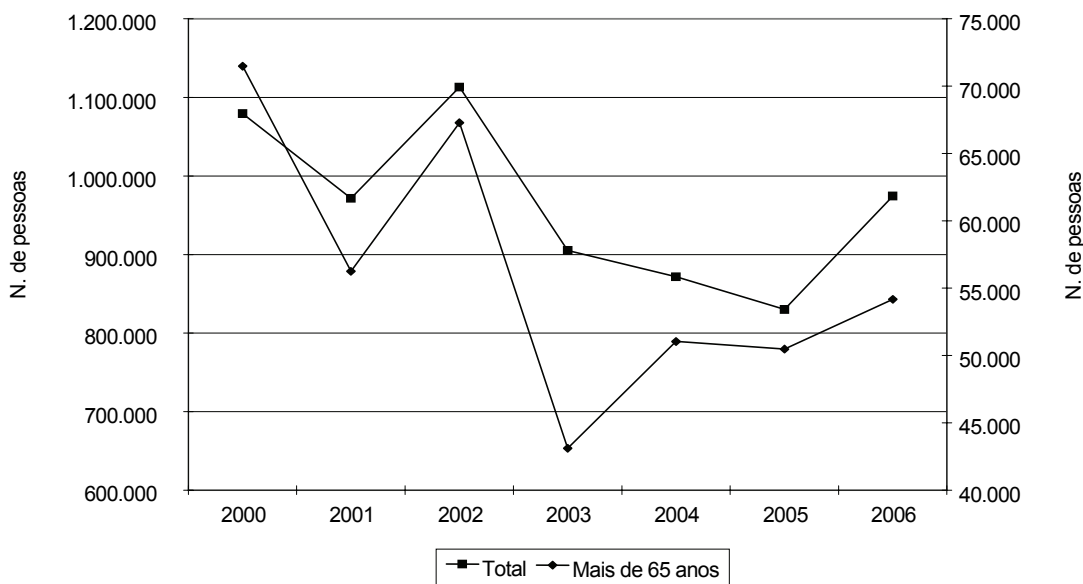


Figura 1 - População Total e Número de Habitantes com Mais de 65 Anos Residentes nas UPAs, Estado de São Paulo, 2000-2006.
Fonte: Dados coletados a partir de informações básicas do IEA e CATI.

TABELA 2 - Estimativa da Média de Pessoas Residentes nas UPAs com Mais de 65 Anos de Idade, por Região Administrativa, Estado de São Paulo, 2005-2006

Região administrativa	Número	Percentual
Campinas	19.039	36,3
São José do Rio Preto	6.949	13,2
Presidente Prudente	6.335	12,1
Bauru	3.712	7,1
Marília	3.141	6
Sorocaba	2.489	4,7
São José dos Campos	2.302	4,4
Araçatuba	2.021	3,9
Central	1.349	2,6
Ribeirão Preto	1.307	2,5
Registro	1.009	1,9
São Paulo	988	1,9
Barretos	876	1,7
Franca	665	1,3
Baixada Santista	292	0,6

Fonte: Dados coletados a partir de informações básicas do IEA e CATI.

do e seguindo, muitas vezes, o mesmo saber do pai. Sabe-se também que muitos idosos ainda exercem atividade remunerada, sobretudo no mercado informal.

Sobre esse aspecto, vale destacar o estudo específico para a cultura do café realizado em 2006, concluindo que a idade do principal condutor da atividade cafeeira (note-se que quase 90% deles eram proprietários) encontrou-se na faixa modal classificada como acima de 60 anos, indicando um produtor de idade elevada e, conseqüentemente, com mais tempo nesta atividade (FRANCISCO; VICENTE; LORENA, 2007). Na heveicultura do município de Poloni, cerca de 67% dos produtores de borracha possuíam 50 anos ou mais e, especificamente, 39% possuíam acima de 60 anos, de acordo com pesquisa realizada em 2001.

O incremento de várias formas de precarização do trabalho é fenômeno que já vem atingindo todos os trabalhadores, envolvendo parcelas importantes da força de trabalho. A população idosa, nesse contexto, é um dos segmentos mais fragilizados e vulneráveis. A maior remuneração entre os idosos corresponde aos trabalhadores que recebem rendimentos reais médios provenientes do trabalho e, ao mesmo tempo, recebem aposentadoria. As mulheres ido-

sas, geralmente inseridas no trabalho informal, realizam trabalhos não remunerados, trabalham como domésticas, em prestação de serviços para comunidade, no comércio de mercadorias e, especificamente, na agricultura.

Outro aspecto relevante refere-se à relação saúde/trabalho, que vem sendo abordada sob diferentes aspectos. A relação positiva indica que os trabalhadores da terceira idade tendem a apresentar melhores condições de saúde do que os aposentados e até mesmo em relação aos desempregados. Eles apresentam melhores condições no que concerne ao consumo de bebidas, cigarros, prevalências de sintomas psiquiátricos, hipertensão arterial, entre outros. Quando se perde a condição de ser produtivo, seja pela aposentadoria ou pelo desemprego, além da redução do poder aquisitivo, o que gera cortes no consumo e diminuição do padrão de vida, há sentimento negativo de auto desvalorização e baixa auto-estima (SOUZA et al., 2007).

O censo de 2000 destacou também que nas áreas geográficas mais desenvolvidas, como o Estado de São Paulo, os níveis educacionais da população idosa eram melhores, com média de 4,4 anos de estudo (IBGE, 2002).

Muitas prefeituras do interior paulista possuem atividades voltadas à terceira idade. Essas desenvolvem trabalho social com pessoas a partir de 55 anos (idade mínima para aposentadoria), com a terceira idade (a partir de 60 anos) e a quarta idade (a partir de 80 anos), tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida dos idosos e por prioridade sua participação, integração e valorização social. Mesmo com este grau educacional, algumas prefeituras possuem projeto de inclusão digital no qual os idosos aprendem a "navegar" na internet, digitar um trabalho, enviar e-mail e ter contato com o computador, de um modo geral para um conhecimento da era digital e do mundo globalizado. Contudo, são ínfimas as que estendem estes serviços aos indivíduos do setor rural. Seria interessante que as prefeituras criassem meios de inserir esta população em seus programas.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesse estudo, verificou-se que a proporção de pessoas com mais de 65 anos que moram nas unidades de produção agropecuária paulistas, em relação ao total de residen-

tes, oscilou entre o máximo de 6,6%, em 2000, e o mínimo de 4,8%, em 2003, totalizando 50 mil pessoas em 2006.

As diferentes participações percentuais das regiões administrativas na população de idosos estão relacionadas com a composição das atividades agropecuárias e com a infraestrutura que os municípios que compõem as RAs oferecem a seus moradores rurais.

A distribuição etária da população rural, daqui há alguns anos, tende a se assemelhar à mundial, ou seja, a se afastar da antiga estrutura piramidal. A base será mais estreita em relação ao corpo que terá de suportar um topo cada vez mais alargado por uma massa de cidadãos com mais de 65 anos. O envelhecimento da população, como apresentado, será inevitável e suas consequências dependem das medidas adotadas para enfrentar os desafios que o processo impõe.

A lei é um dos instrumentos para per-

mitir que a sociedade se conscientize da necessidade de garantir aos idosos políticas públicas e, sobretudo, respeito e dignidade. É também um instrumento para os idosos cobrarem os seus direitos que não podem ser subtraídos. Um dos desafios, agora, é fazer com que o estatuto chegue à população idosa mais carente, numa linguagem simplificada.

O envelhecimento populacional, aliado à falta de políticas públicas voltadas a essa nova realidade, vem preocupando os diferentes segmentos da sociedade. Faz-se necessário uma concentração de esforços nas áreas profissionais, objetivando um maior conhecimento sobre o fenômeno do envelhecimento e, principalmente, como envelhecer de forma saudável, priorizando esses esforços na manutenção da independência e autonomia do indivíduo. Sabe-se que a inatividade é o elemento que mais compromete a qualidade de vida na terceira idade.

LITERATURA CITADA

BAPTISTELLA, C. S. L.; VICENTE, M. C. M.; VEIGA, J. E. R. Demografia e mercado de trabalho na agricultura paulista nos anos noventa. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 30, n. 5, p. 7-29, maio, 2000.

FRANCISCO, V. L. F. S.; PINO, F. A. Estratificação de unidades de produção agrícola para levantamentos por amostragem no Estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 47, t. 1, p. 79-110, 2000.

_____; VICENTE, M. C. M.; LORENA NETO, B. Perfil sócio-econômico do cafeicultor paulista. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL, 5., 2007, Águas de Lindóia (SP). **Anais...** Águas de Lindóia: Consócio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, 2007.

IBGE: idosos são 9% da população e em duas décadas chegarão a 30 milhões. **Agência Brasil**, Brasília, ed. 332, 27 set. 2004. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br>>. Acesso em: 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE lança o perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios**. 25 jul. 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtml>>. Acesso em: 2009.

PREVISÃO de aumento do número de idosos no país. **Agência Brasil**, Brasília, 6 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br>>. Acesso em: 2009.

SERASA. **Os idosos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.serasa.com.br/guiaidoso/18.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

SOUZA, E. M. et al. **O trabalho na sociedade contemporânea: trabalho na terceira idade**. Belo Horizonte: Faculdade de Novos Horizontes, 2007.

SPITZ, C. Brasil é oitavo país com mais idosos, diz IBGE. **Folha Online**, São Paulo, 12 abr. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u120327.shtml>>. Acesso em: 2009.

TERCEIRA IDADE RESIDENTE NO RURAL PAULISTA, 2000-2006

RESUMO: O objetivo deste estudo é analisar e quantificar a população com mais de 65 anos residente no rural paulista, no período de 2000 a 2006. Os dados foram obtidos pelo levantamento amostral realizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) e pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) em novembro de cada ano. De acordo com as informações analisadas, a proporção de pessoas com mais de 65 anos de idade nas unidades de produção agropecuária paulistas (UPAs) oscilou entre o máximo de 6,6%, em 2000, e o mínimo de 4,8%, em 2003, totalizando 50 mil pessoas em 2006. A região administrativa (RA) de Campinas apresentou a maior proporção de pessoas com mais de 65 anos no Estado, com 36,3% (19.039 pessoas), em 2005/2006, seguida pelas RAs de São José do Rio Preto e Presidente Prudente com participações de 13,2% e 12,1% e totais de 6.949 e 6.172 pessoas, respectivamente.

Palavras-chave: terceira idade, população rural, trabalho rural.

RURAL SAO PAULO ELDERLY RESIDENTS, 2000-2006

ABSTRACT: This study analyzed and quantified the population over 65 living in Sao Paulo State's rural areas over the 2000-2006 period. Data were drawn from a survey conducted by the Institute of Agricultural Economics (IEA) and Brazil's Control Unit for Total Technical Assistance (CATI), in November of every year of the studied period. The information analyzed shows that the percentage of people over 65 in the state's agricultural production units varied from the highest ratio of 6.6% in 2000 to the lowest ratio of 4.8% in 2003, and totaled 50 thousand people in 2006. The Campinas administrative region presented the highest ratio of elderly to total population in the State, (36.3% or 19.039 people) in 2005-2006, followed by Sao Jose do Rio Preto and Presidente Prudente regions, where the elderly constituted 13.2% and 12.1% of the population or 6,949 and 6,172 people, respectively.

Key-words: elderly, rural population, rural work, Sao Paulo state.

Recebido em 21/08/2009. Liberado para publicação em 09/10/2009.